



POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: ALGUMAS IMPLICAÇÕES E ANÁLISES

Yara Silvyia Albuquerque Pires Barros

Universidade Nove de Julho/Instituto Federal do Piauí – yara_silvyia@yahoo.com.br

RESUMO

Neste texto discutiu-se a importância das políticas públicas educacionais e suas implicações para a escola e para os profissionais da educação, reconhecendo sua relevância na promoção e universalização de uma educação de qualidade. A metodologia utilizada para a realização desse trabalho foi a pesquisa bibliográfica a partir da leitura e análise de textos de autores como Azevedo (1994), Freire (1996), Libâneo et al (2009), Paro (2001), Rothen e Conti (2010), Zeichner (2003). Considerando as indagações sobre educação e políticas públicas, o estudo mostrou que as implicações entre esses dois elementos estão relacionadas à natureza da atividade educativa, que direcionada para a formação humana dentro de uma realidade onde existe determinada visão de mundo e de sociedade, tem especificidades e aspectos que não podem ser desconsiderados no processo de formulação e de proposição das políticas públicas educacionais, de forma que sua implementação envolva todos os profissionais da educação considerando as especificidades e peculiaridades do ambiente escolar para que resulte em ações significativas e efetivas, cumprindo com a finalidade a que se propõe que é a ampliação do acesso a um direito constitucionalmente garantido que é a educação.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação. Escola.

1. INTRODUÇÃO

A escola é um espaço dinâmico e de múltiplas formas de interação onde se realizam processos de educação formal que aproxima o educando de conhecimentos e produções culturais desenvolvidas pelo homem durante o percurso histórico, além de discutir temáticas e aspectos sociais que surgem de acordo com as necessidades da própria sociedade e do avanço dos tempos. São aspectos que precisam ser observados e considerados nas proposições de políticas públicas direcionadas para a educação, sobretudo aquelas voltadas para a formação docente, pois é através delas que o Estado direciona ações que possam garantir, ampliar e democratizar o acesso universal a um bem público necessário que é a educação.

É nesse espaço de produção de saberes que se define a escola, sendo, portanto o espaço de implementação das políticas públicas, que o homem tem a possibilidade de promover sua formação integral constituindo-se um agente transformador da sua realidade. Ressalta-se a partir deste



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

aspecto, a importância do professor, educador, como mediador do processo educativo que vive no cotidiano as situações que são inerentes à prática docente e ao espaço escolar e cujas implicações estão relacionadas às políticas públicas decididas nas instâncias superiores.

Nesse sentido esse texto busca discutir a importância das políticas públicas educacionais, reconhecendo sua relevância e implicações para a escola e para a promoção e ampliação de uma educação de qualidade. A metodologia utilizada para a realização desse trabalho foi a pesquisa bibliográfica a partir da leitura e análise de textos de autores como Azevedo (1994), Freire (1996), Libâneo et al (2009), Paro (2001), Rothen e Conti (2010), Zeichner (2003), que oferecem em seus estudos reflexões e análises importantes e significativas sobre educação e políticas públicas.

A sociedade apresenta uma complexa rede de interações que envolvem elementos que precisam ser abordados e discutidos no processo educativo por fazerem parte da formação do homem enquanto ser social, elementos que também precisam estar presentes no processo de formulação e proposição de políticas públicas educacionais que representam o contexto econômico, político e social vivenciado em determinada realidade por se tratarem de ações que visam à ampliação e a democratização da educação envolvendo nesse processo de consolidação e efetivação das políticas educacionais todos os profissionais responsáveis pelo processo educativo no ambiente escolar, pois são eles que conseguem realizar no “chão da escola” as metas, as proposições e ações que são elaboradas e planejadas pelas diversas instâncias responsáveis pela educação no país.

2. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO, ESCOLA E POLÍTICAS PÚBLICAS

O homem é um ser social que está inserido em contextos diversos onde se estabelecem relações e interações pautadas em elementos políticos, ideológicos, culturais e econômicos que marcam determinada realidade social. Sua atuação está pautada em ações políticas que visam à organização e ao funcionamento da sociedade, refletindo os anseios e as expectativas do grupo a partir de um contexto social e econômico que está imbricado com ideias e formas de entendimento do mundo que são direcionadas por instituições como forma de atender aos interesses de determinados grupos hegemônicos. A educação, enquanto atividade política e social, que não apresenta neutralidade e traz consigo, seja de forma velada ou não, os anseios, as expectativas e as necessidades daqueles que detém o poder, faz parte dessa rede de conexões que busca promover a formação de cidadãos através de um aporte teórico-cultural como subsídio para a apreensão da realidade. Freire (1996, p. 109) entende a educação como “especificidade humana, como um ato de intervenção no mundo [...]”.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

É na diretividade da educação, esta vocação que ela tem, como ação especificamente humana, de “endereço-se até sonhos, ideais, utopias e objetivos, que se acha o que venho chamando politicidade da educação. A qualidade de ser política, inerente à sua natureza. É impossível, na verdade, a neutralidade da educação. (FREIRE, 1996, p. 110)

Nessa perspectiva de apreensão e entendimento do mundo e da realidade é que se entende a importância da função da escola enquanto espaço onde se observa uma complexa rede de interações que reflete as mudanças que ocorrem no meio social, adequando-se a essas novas necessidades que se impõem à sociedade através de propostas e formulação de políticas públicas ensejadas por transformações no âmbito político, cultural e econômico e que são significativas e precisam estar na pauta de discussão da sociedade. “Não há dúvida de que, sem a compreensão de categorias referentes às determinações mais amplas da vida na sociedade, não é possível entender o que se passa em qualquer recorte específico da realidade humano-social. [...]”. (Paro, 2001, p. 123)

As políticas públicas educacionais representam a articulação e a relação que se estabelece entre a sociedade e o governo, direcionando ações para a universalização e a melhoria da educação, sobretudo em países marcados por desigualdades sociais e situações de exclusão como o Brasil que tem uma história marcada por ações tímidas e até mesmo de descaso em relação à educação pública. De acordo com Azevedo (1994, p. 4), o processo de construção de uma política pública tem como fundamento

[...] um conjunto de elementos que se articulam às especificidades da realidade social em que têm curso. A estruturação destes elementos, neste contexto, baseia-se nas representações sociais que predominam nesta realidade, integrando o seu universo cultural e simbólico e, portanto, o sistema de significações que lhe é próprio. Tais representações fornecem os valores, normas e símbolos que regem as relações sociais, fazendo-se presentes nas práticas cotidianas dos indivíduos e dos grupos e, por conseguinte, no sistema de dominação peculiar àquela realidade. Desta maneira, guardam intrínseca relação com o modo pelo qual se articulam os interesses sociais e, portanto, com o padrão que se configura numa política. (AZEVEDO, 1994, p. 06)

As propostas e ações das políticas públicas educacionais sejam através de programas e reformas embora pensadas considerando uma visão macro da realidade em que serão implementadas, é na escola que elas se efetivam, principalmente através da realização do trabalho docente e dos demais profissionais envolvidos no processo educativo.



Esse aspecto é destacado por Libâneo et al (2009, p.31) ao ressaltarem que as políticas educacionais precisam ser entendidas a partir da realidade política, econômica e cultural vivenciada na contemporaneidade, sendo, portanto, “portadoras de intencionalidades, ideias, valores, atitudes e práticas que vão influenciar as escolas e seus profissionais na configuração das práticas formativas dos alunos, determinando um tipo de sujeito a ser educado”. Nesse sentido é papel dos profissionais da educação escolher os meios a serem seguidos pautando-se ou na adesão ou na resistência ou no diálogo entre as políticas públicas propostas e o tipo de educação que se quer oferecer, analisando “as formas pelas quais se inter-relacionam as políticas educacionais, a organização e gestão das escolas e as práticas pedagógicas na sala de aula”. (LIBÂNEO et al, 2009, p. 31-32).

Nesse sentido, Zeichner (2003) enfatiza que a abordagem adotada pelos “planejadores educacionais” é o não envolvimento dos educadores na formulação das políticas educacionais, onde estes são apenas executores das propostas de reformas na educação, aspecto que dificulta a implementação e a consolidação das mudanças que são necessárias ao processo educativo. Considerando essa perspectiva, essa autora aponta a necessidade de mudança na postura dos governos, onde estes “[...] precisam adotar mecanismos para que os educadores tenham um papel central na criação, na interpretação e na implementação dessas reformas [...]”. (ZEICHNER, 2003, p. 39).

É no espaço escolar através da atuação e da interação dos diversos atores envolvidos no processo educativo que se desenrolam práticas sociais e políticas que precisam ser consideradas no processo de reflexão sobre as políticas públicas educacionais.

De acordo com Paro (2001), as práticas escolares são condicionadas e configuradas por “determinantes sociais, políticos, econômicos, ideológicos”, e se manifestam dentro de uma realidade que precisa ser considerada pelas políticas educacionais.

[...]. Sem ter presente uma adequada apreensão dessas manifestações concretas, os estudos que subsidiam propostas de políticas públicas em educação correm o risco de não se elevarem acima do senso comum, por lhes faltarem os elementos que lhes dariam sustentação e validade teórica, posto que abstrair (no sentido negativo de alhear, de não levar em conta) as determinações essenciais, necessárias, explicativas do real concreto presente no cotidiano é construir generalizações sem sustentação empírica, é teorizar no vazio. [...]”. (PARO, 2001, p. 125).

A escola é, nesta perspectiva, um espaço importante a ser considerado no processo de formulação e proposição de políticas públicas educacionais, pois é uma instituição onde se



observam intensas relações sociais onde estão presentes formas de ver e de entender o mundo e todos os elementos intrínsecos a ele como diversidade cultural, economia, política, trabalho, formação humana, valores, atitudes, cuja mediação entre estes elementos e o educando se faz através da atividade docente que tem ação direta no processo educativo devido a natureza da sua profissão, e que se fundamenta nas ações propostas para a educação a partir de políticas públicas, sobretudo aquelas que dizem respeito à formação e valorização do professor. Rothen e Conti (2010) ao discutirem o processo de implantação de políticas educacionais apontam para o fato de que sua efetivação ocorre através da atividade docente e de sua formação.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discussões e análises sobre políticas públicas, educação e escola apresentam relevância ao funcionarem como ponto de reflexão para se compreender as finalidades propostas para a educação, o tipo de escola e de indivíduo que se busca construir e formar e o tipo de sociedade que se quer alcançar, pois são muitas as variáveis que estão envolvidas na complexidade que é o processo educativo e a formação de indivíduos dentro de determinado contexto social. A educação é uma atividade direcionada para a formação humana e acontece dentro de uma realidade onde existe determinada visão de mundo e de sociedade, aspectos que não podem ser desconsiderados no processo de formulação e de proposição de políticas públicas educacionais, pois é no espaço escolar que são efetivadas.

São especificidades que precisam estar presentes nas ações e programas propostos através das políticas públicas para a educação, como forma de ultrapassar os discursos e as instâncias superiores, para que sua implementação aconteça de forma significativa e efetiva, cumprindo com a finalidade a que se propõe que é a ampliação do acesso a um direito que é constitucionalmente garantido, efetivando-se de forma a atender as necessidades e peculiaridades de cada realidade escolar. As políticas educacionais definem o modelo de educação que se quer atingir, sendo necessário o constante processo de reflexão e crítica de suas proposições pelos profissionais da educação que são os principais responsáveis pela sua efetivação no espaço escolar na busca de uma escola capaz de formar indivíduos críticos, reflexivos e atuantes no seu espaço social de forma a efetivar “no chão da escola” as políticas públicas pensadas para promover as mudanças na educação.



4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **Rumos da educação democrática sob o signo do autoritarismo**: um estudo sobre a política educacional no Brasil. 1994. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

ROTHEN, José Carlos; CONTI, Celso Luiz Aparecido. Política pública, o trabalho e a formação docente: referências para uma agenda de pesquisa. **Revista Eletrônica de Educação**, São Paulo, v. 4, n. 2, nov. 2010. Disponível em:<
<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/175/101>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

ZEICHNER, Kenneth M. Formando professores reflexivos para a educação centrada no aluno: possibilidades e contradições. In: BARBOSA, R. L. L. **Formação de educadores**: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2003.